COMO LIDAR COM Á DIVERSIDADE HUMANA E A PLURALIDADE CULTURAL NO SISTEMA ESCOLAR

DEBORA CAROLINE LEITE DE OLIVEIRA

RESUMO

O artigo apresenta com o tema proposto analisar e entender a diversidade nas escolas como lidar com esta questão atual, porém, ainda tão limitada para muitas pessoas, e a questão da aprendizagem escolar, pois, o grande desafio atualmente no contexto escolar, é reconhecer a diversidade cultural como elemento inseparável da identidade nacional e regional de seus alunos, pois esse reconhecimento implica na superação de qualquer tipo de preconceito e ensina o aluno a dar mais valor às especificidades dos grupos que compõem sua escola, seus vínculos afetivos e a sociedade.

O que se afigura de maneira mais expressiva ao se pensar na viabilidade do modelo de escola inclusiva para todo o país no momento é a situação dos recursos humanos, especificamente dos professores das classes regulares, que precisam ser efetivamente capacitados para transformar sua prática educativa. A formação e a capacitação docente impõem-se como meta principal a ser alcançada na concretização do sistema educacional que inclua a todos, verdadeiramente (BRASIL, 2003, p. 24).

Palavras chaves: Deficiência Intelectual; Inclusão; Preconceito; Educação.

INTRODUÇÃO

O ensino aprendizagem das crianças antigamente era na escola reconhecida como um dos únicos locais onde o processo era aplicado, o professor era uma figura de extrema relevância onde o mesmo era o responsável pelo ato de ensinar, a missão de ensinar a ler, a escrever, a somar, multiplicar. As responsabilidades ligadas ao processo de ensino cabiam aos professores e as responsabilidades ligadas à educação eram da família, de acordo com normas e valores estabelecidos pela igreja.

O preconceito nasce e se desenvolve no processo de socialização, ora todos os seres humanos necessitam socializar, mas uns acabam exercendo certa atitude hostil à outros sujeitos frente à desinformação: "Como tanto o processo de se tornar indivíduo, que envolve a socialização, quanto o do desenvolvimento da cultura têm se dado em função da adaptação à luta pela sobrevivência, o preconceito surge como resposta aos conflitos presentes nessa luta" (CROCHIK, 1996, p.11).

Atualmente o contexto vivido é marcado por enormes e significativas evoluções na sociedade, e no âmbito escolar, com o avanço da ciência e da tecnologia, as mudanças na escola, especialmente na atuação do professor, tiveram que mudar, pois, ao longo dos anos o professor vem sentindo que sua profissão está perdendo a identidade, está enfraquecendo diante de tanta tecnologia e tantas informações desencontradas.

A conduta do professor em relação aluno será determinante para o auto-conceito da criança, pois os sentimentos que um aluno tem sobre si mesmo, dependem, em grande parte, dos componentes que percebe que o professor mantém em relação a ela. Uma atitude continuada e consistente de alta expectativa sobre o êxito de um aluno potencializa sua confiança em si mesmo, reduz a ansiedade diante do fracasso e facilita resultados acadêmicos positivos (CUBERO e MORENO, 1995, p.255).

O objetivo principal deste trabalho bibliográfico, é resgatar a função fundamental do professor enquanto agente formador que oportuniza a formação e transformação dos alunos, desenvolvendo neles o espírito crítico e a cidadania, mostrando a diversidade cultural, onde o ensino aprendizagem vai depender do professor com seu conhecimento e do aluno para que tenha uma visão diversificada além da família que compõem uma enorme ajuda com sua parceria.

A justificativa encontrada ao tema, é que o professor precisa estar ciente de seu papel frente à realidade social, econômica, tecnológica que ocorre atualmente, entender as especificidades do aluno, mostrar que hoje os tempos são outros, é preciso saber mediar situações constrangedoras e que possam ter preconceitos em relação à diversidade.

Andrade (2000, p. 55) afirma que: "durante muito tempo as pessoas portadoras de deficiência estiveram em situação de manifesta sujeição, que chegou a criar, até, condições de marginalidade. O movimento reivindicatório teve início quando começou seu processo de autovalorização e elas passaram a se reconhecer como integrantes de um grupo" (ANDRADE, 2000, p. 55).

Assim, é possível sim, a inclusão desta criança ao meio a qual ela se insere, porém percebemos que nas pesquisas em campo realizadas com professores da rede de educação infantil, esta realidade está distante, mesmo que reconhecida e garantida por lei, os professores relatam estar de mãos atadas e que mesmo sem qualificação prestam atendimento a esta criança, e podemos mudar esta realidade, exigindo e garantindo nossos direitos estipulados por lei, garantindo os nossos direitos.

Os PCN-EI apontam a necessidade da qualificação do professor para a Educação Inclusiva: O que se figura de maneira mais ex-

pressiva ao se pensar na viabilidade do modelo de escola inclusiva para todo o país no momento é a situação dos recursos humanos, especificamente dos professores das classes regulares, que precisam ser efetivamente capacitados para transformar sua prática educativa. A formação e a capacitação docente impõem-se como meta principal a ser alcançada na concretização do sistema educacional que inclua a todos, verdadeiramente. (BRASIL, 1998, p.17)

DIVERSIDADE E APRENDIZAGEM NO SISTEMA ESCOLAR

Tanto faz, se a escola é pública como privada, a escola é considerada como um dos universos em que a diversidade humana se faz presente em todos os sentidos, a palavra diversidade de acordo com o Minidicionário Aurélio (2004), diversidade significa: "Qualidade ou condição do que é diverso, diferença, dessemelhança. Divergência, contradição entre ideias, Multiplicidade de coisas diversas: existência de seres e entidades não idênticos, ou dessemelhantes, oposição" (MINI-DICIONÁRIO, 2004).

Quando falamos sobre diversidade e aprendizagem escolar, nos remetemos à ideia de dar oportunidades a todos os alunos de acesso e permanência na escola, oportunizando a todos com as mesmas igualdades de condições, respeitando as diferenças uns dos outros.

Desta forma, a questão da diversidade trata-se de denominar como diversidade as diferentes, ou seja, condições étnicas e culturais, tratando as desigualdades socioeconômicas, as relações discriminatórias e excludentes presentes em nossas escolas e que compõem os diversos grupos sociais.

Não é preciso de pesquisas ou estatísticas, para sabermos que infelizmente hoje em dia tem aumentado a presença de alunos que historicamente tinham sido excluídos da escola, porém, a realidade pode ser vista principalmente nas escolas públicas, por constituir um espaço de grande diversidade, bem quando descrever no seu Projeto Pedagógico o perfil dos alunos e da clientela, onde demonstra claramente que a educação pública está voltada para a educação de todas as pessoas e não mais para uma minoria como relata a história da Educação.

Portanto, quando descrevemos que nos primórdios da educação da humanidade ela era totalmente elitista, sendo o seu acesso permitido apenas a uma pequena parcela da população, atualmente, é grande o acesso da população a escola pública, no entanto o seu desafio é garantir a permanência e o sucesso escolar de todos os alunos, por meio de suas aprendizagens. Segundo Gadotti, (1992):

Todo ser humano é capaz de aprender e de ensinar, e, no processo de construção do conhecimento, todos os envolvidos aprendem e ensinam. O processo de ensinoaprendizagem é mais eficaz quando o educando participa, ele mesmo, da construção do 'seu' conhecimento e não apenas "aprendendo" o conhecimento (GADOTTI, 1992, p. 70).

É preciso atender as especificidades de todos, que se diversifique a prática pedagógica, buscando atender as características e as necessidades de cada aluno. É primordial que o professor se preocupe em desenvolver sua aula reconhecendo as diferenças existentes entre os alunos. Este pensamento é corroborado pelo Conselho Nacional de Educação no seu Parecer n. 017/2001, quando reconhece que:

A consciência do direito de constituir uma identidade própria e do reconhecimento da identidade do outro se traduz no direito à igualdade e no respeito às diferenças, assegurando oportunidades diferenciadas (equidade), tantas quantas forem necessárias, com vistas à busca da igualdade. O princípio da equidade reconhece a diferença e a necessidade de haver condições diferenciadas para o processo educacional (BRASIL, 2000, p.11).

A escola que se insere nessa perspectiva procura abrir os horizontes de seus alunos para a compreensão de outras culturas, de outras linguagens e modos de pensar, num mundo cada vez mais próximo, procurando construir uma sociedade pluralista (GADOTTI, 1992, p.21).

Os obstáculos precisam ser identificados, pois acabam dificultando em algumas vezes o sucesso dos alunos na questão do processo ensino aprendizagem, também é preciso buscar e tornar o ensino aprendizagem um processo prazeroso, onde interação entre o professor, o aluno e o conhecimento, sejam contínuos.

Contudo, acredita-se que a escola e o professor sejam parceiros incondicionais da diversidade, uma vez que o professor precisa ser o modelo para o aluno, infelizmente, professores preconceituosos terão alunos preconceituosos, professores inclusivos terão alunos que reconhecem na diversidade o significado de ser humano, o aluno é espelho do seu mestre.

Os privilégios, por sua vez, assentam-se em discriminações e preconceitos de todo tipo: socioeconômico, étnico e cultural. Em outras palavras, dominação, exploração e exclusão interagem; a discriminação é resultado e instrumento desse complexo de relações (PCN, 2001, p. 19).

Concluindo que o professor precisa utilizar-se de estratégias diferenciadas, de tecnologias variadas, se ele não conseguir atrair a atenção dos alunos especialmente para o ensino, não vai adiantar ensinar, pois o aluno precisa na educação de hoje metodologias

diferenciadas que os prendam a atenção.Segundo, Heerdt (2003).

Evidenciam-se, uma série de desafios, alguns inéditos, que precisam ser assumidos e incorporados na prática docente. A mudança, o novo, o questionamento, o diferente, quase sempre são causa de insegurança e medo. Mas é necessário ousar e enfrentar (HEERDT, 2003, p.70).

EMPODERAMENTO E AUTONOMIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Segundo Kenny (1993, p. 436) a autonomia é, portanto, um conceito vital para a educação, pois é o único aspecto de ser um aluno sobre o qual a educação pode se concentrar sem interferências prejudiciais, ou efeitos de condicionamento. Sob este ponto de vista, a autonomia não é apenas a liberdade de escolher entre materiais didáticos e metodologias, ou até mesmo para negociar um plano de estudos. É mais importante do que isso. Adaptando algumas famosas palavras de Carl Rogers, autonomia é a liberdade de aprender e a oportunidade de se tornar uma pessoa.

A inclusão é formadora e estimuladora de professores e alunos no setor educacional, a mesma faz a escola crescer e ensinar fortalece a relação aluno e professor, e aguça o respeito e equidade. Todo esse componente necessita ser trabalhado em etapas, em formações constantes de professores e alunos, enriquecendo os conteúdos na teoria e prática, sempre lembrando o dever que cada escola tem de propiciar um currículo inovador, vivo e integrador. Somente assim poderemos efetivar ações que garantam o pleno acesso dessa parcela da população aos recursos sócios educacionais disponíveis.

A escola precisa atender da melhor maneira possível essas crianças, adequando tudo, para que a experiência inclusiva contribua para uma educação de maior qualidade. A escola que acolhe as crianças com deficiência precisa de adaptações, mas isso gera um crescimento enorme, tanto para as pessoas que tratam com essas crianças, quanto para elas, que acabam aumentando seus horizontes. Em relação à educação especial, o artigo 3º da Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001 especifica que:

Por educação especial, modalidade da educação escolar entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais e especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentem necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (BRASIL-MEC/SEESP, 2001, p. 1).

Segundo os PCN (BRASIL, 1997, p. 18): A prática escolar tem evidenciado o que pesquisas científicas vêm comprovando: os sistemas educacionais experimentam dificuldades para integrar o aluno com necessidades especiais. Revelam os efeitos dificultadores de diversos fatores de natureza familiar, institucionais e socioculturais. A maioria dos sistemas educacionais ainda baseia-se na concepção médico psicopedagógico quanto à identificação e ao atendimento de alunos com necessidades especiais. Focaliza a deficiência como condição individual e minimiza a importância do fator social na origem e manutenção do estigma que cerca essa população específica. Essa visão está na base de expectativas massificadas de desempenho escolar dos alunos, sem flexibilidade curricular que contemple as diferenças individuais.

O acesso a recursos educacionais não é apenas um direito do cidadão com deficiência, mas também uma das vias que pode garantir o exercício de sua cidadania e a apropriação da mesma. Refletir sobre a integração da pessoa com deficiência mental implica necessariamente repensar o sentido atribuído à educação. Implica, portanto, atualizar nossas concepções e dar um novo significado aos propósitos educacionais, compreendendo a complexidade e a amplitude que envolve o processo de construção de cada indivíduo, seja ou não deficiente (BRASIL, 1998, p. 96).

A diversidade humana deverá ser valorizada e respeitada em todos os setores da sociedade, principalmente no setor educacional, onde o respeito entre os alunos deve ser base para o desenvolvimento escolar. Daí a importância do papel da escola em definir atividades e procedimentos de relações, que envolvam alunos, funcionários, corpo docente e gestores, para que possibilite espaços inclusivos, de acessibilidade, para que todos possam fazer parte de um todo, isto é, que as atividades extraclasses nunca deixam de atender os alunos com necessidades especiais. Conforme Mader (1997) é necessário construir uma política de igualdade com seriedade e responsabilidade, possibilitando ações significativas e de qualidade na prática de educação inclusiva.

A ESCOLA E A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Conforme texto extraído da Constituição Federal de 1988, este documento oficial assegura diversos direitos ao aluno com deficiência intelectual como: tem assegurado o direito à educação, visando seu pleno desenvolvimento, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, seu acesso e permanência na escola, atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988). Com base nas pesquisas bibliográficas realizadas para elaboração deste artigo foi

possível concluir que:

- A escola deve possibilitar ao aluno com deficiência intelectual seu acesso e permanência.

- A deficiência intelectual tem desafiado a escola comum no comprimento de seu dever de ensinar o que acomete uma dificuldade por parte dos alunos com necessidades educacionais especiais e principalmente o aluno com deficiência intelectual na aprendizagem da leitura e da escrita (BRASIL, 1988).

O aluno deficiência intelectual tem suas próprias peculiaridades em sua aprendizagem e a construção de conhecimento acontece de forma diferenciada o que geralmente a escola comum tem dificuldades para compreender.

Esses tipos de escolas que mantém um modelo conservador e tradicional de ensino acabam por acentuar a deficiência, aumentando a inibição e reforçando os sintomas existentes que agravam as dificuldades dos alunos com deficiência intelectual é o que diz a Organização Mundial de Saúde - OMS de 2001 e a Convenção da Guatemala.

De acordo com Aranha (1979, p.17), não se pode ignorar o longo e importante processo histórico que produziu configurado numa luta constante de diferentes minorias, na busca de defesa e garantia de seus direitos enquanto seres humanos e cidadãos.

A educação é um direito de todos e dever do Estado e da família conforme a Constituição Federal de 1988, a qual cita que, em relação a educação das pessoas com deficiência, " O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino" (BRASIL, 1988).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As concepções de criança, infância e Educação Infantil foram construídas socialmente com o passar dos anos e sempre demonstravam os costumes da época no qual estava inserido, o contexto social influenciou diretamente na construção de tais concepções que atualmente fazem parte de nosso contexto social. Com o passar do tempo a visão de educação infantil, seus propósitos e perspectivas, foram sendo modificados, passou-se de um conceito intimamente ligado a assistência, atendimento à mães trabalhadoras, preocupação com a marginalização das crianças, para um conceito voltado à educação propriamente dita, onde o cuidar e o educar são indissociáveis em uma pedagogia que considere a criança como um ser em desenvolvimento e que deve ser o foco do processo educativo. A criança, com a troca de experiência e com a convivência com o outro, aprende e se desenvolve e a escola tem um importante papel no sentido de auxiliar o educando nesta troca de conhecimentos e em sua convivência social. As pessoas são diferentes entre si e a escola deve auxiliar para a promoção de uma educação inclusiva que respeite as diferenças e a diversidade dos educandos. A escola deve ser capaz de criar espaços inclusivos para que todos os alunos possam aprender independente de qualquer diferença, buscando uma escola de qualidade para todos. As ações educativas devem ser pautadas no objetivo de proporcionar ao educando com deficiência ou dificuldade de aprendizagem, iguais oportunidades para a garantia do acesso e permanência na escola. A instituição escolar tem como dever cumprir e desenvolver a sua função social, deve trabalhar no sentido de difundir as práticas de respeito e tolerância as diferenças, sejam elas de qualquer espécie, e promover a conscientização para a formação de alunos para a diversidade, desenvolvendo ações de maneira democrática e construído uma cultura escolar pautada em tais princípios. A efetiva inclusão acontece quando o sistema educacional é capaz de abranger e acolher as diferenças e de trabalhar para a diversidade. Considerar que cada criança tem a sua especificidade e aprende em ritmo diferente e de maneira diferente é o primeiro passo para uma educação que respeite as diferenças. Uma das propostas da educação voltada a inclusão é garantir um sistema educacional que considere as diferenças de seus educandos respeitando a legislação em vigor.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.

Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CASTRO, S. L. & Gomes, I. Dificuldades de Aprendizagem da Língua Materna.

Lisboa. Universidade Aberta, 2000.

COLL, César; PALÁCIOS, Jesús; MARCHESI, Álvaro (Orgs.). Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar.

Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

DECLARAÇÃO de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994.

DIAS, T. S. et al. As contribuições da gameterapia no desempenho motor de indivíduo com paralisia cerebral. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, São Carlos, v. 25, n. 3, p. 575-584, 2017.

DISCHINGER, Marta. Manual de acessibilidade para as escolas: o direito à escola acessível. Marta Dischinger; Vera Helena Moro Bins Ely; Monna Michelle Faleiros da Cunha Borges. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Especial, 2009.

DRAUZIO VARELLA - Convivência com crianças com Down | Entrevista - Acesso em 15 jun. 2020. Disponível em: https://drauzio-varella.uol. com.br/entrevistas2/convivencia--com-criancas-com-down-entrevista/.

EDUCAÇÃO ESPECIAL. Política Nacional de Educação Especial. Brasília, 1994.

FONSECA, V. Educação especial: programa de estimulação precoce – Uma introdução as idéias de Feuerstein. 2. ed.rev. aum. Porto Alegre: ed. Artes Médicas, 1995.

GUHUR, M. L. P. Deficiência Mental sob a perspectiva Vygotskiana: primeiros apontamentos. In: MORI, N.N.R. Educação Especial: olhares e práticas – Londrina: ed.

UEL, 2000, p. 79-93.

MACHADO, A. C. ; ALMEIDA, A.A., Parceria no contexto escolar: uma experiência de ensino colaborativo para educação inclusiva. Rev. psicopedagogia 2010; 27(84): 344-51

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no

Brasil. Revista Brasileira de Educação, v.11, n. 33, p.387-405. set/dez, 2006

MOREIRA, M. A.. Teoria de aprendizagem cognitivismo - humanismo comportamentalismo. São Paulo: Ed. EPU, 2011.

NETTO, O. L. C. e BISSACO, A. Desenvolvimento de Ambiente Virtual para Auxiliar a Memorização de Rotinas Diárias em Crianças com Síndrome de Down. V Latin American Congress on Biomedical Engineering CLAIB 2011. Anais. Habana, Cuba p.

69 -72, May 16-21, 2011.

Parecer CNE/CEB nº 17 de 3 julho de 2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. DOU em 17/08/2001. Seção 1. p.46. 2001.

PIMENTEL, Susana Couto: Conviver com a Síndrome de Down em escola inclusiva: mediação pedagógica e formação de conceitos, 2007 – Acesso em 15 jun. 2020.

Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/10562.

PUESCHEL, Siegfried. (Org.) Síndrome de Down: guia para pais e educadores. 5. ed.

Campinas: Papirus, 1993.

Resolução nº 2 de 11 de setembro de 2001. CEB/CNE. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. DOU em 14/09/2001. Seção 1E, p 3940, 2001.

SCHWARTZMAN, José Salomão. Síndrome de Down. 2.ed. São Paulo: Memnon:

Mackenzie, 2003. 324 p.